



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SERTÃO PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

JOMARA SANDRA GONÇALVES DE SOUSA COELHO

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TENOLÓGICA: PRÁTICA EDUCATIVA PARA RENOVAÇÃO DO
CONHECIMENTO E DA INCLUSÃO SOCIAL**

SALGUEIRO -PE

2026



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SERTÃO PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

JOMARA SANDRA GONÇALVES DE SOUSA COELHO

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TENOLÓGICA: PRÁTICA EDUCATIVA PARA RENOVAÇÃO DO
CONHECIMENTO E DA INCLUSÃO SOCIAL**

Trabalho Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como parte dos requisitos para a conclusão do curso de Especialização Em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Cássio Alves Linhares

SALGUEIRO -PE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G635 Gonçalves de Sousa Coelho, Jomara Sandra.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA : PRÁTICA EDUCATIVA PARA RENOVAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA INCLUSÃO SOCIAL / Jomara Sandra Gonçalves de Sousa Coelho. - Salgueiro, 2026.
46 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2026.

Orientação: Prof. Dr. Paulo Cássio Alves Linhares.

1. Educação especial. 2. Autismo. 3. Inclusão Escolar. 4. Prática Educativa. 5. Legislação Educacional. I. Título.

CDD 371.9

JOMARA SANDRA GONÇALVES DE SOUSA COELHO

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TENOLÓGICA: PRÁTICA EDUCATIVA PARA RENOVAÇÃO DO
CONHECIMENTO E DA INCLUSÃO SOCIAL**

Relatório de Formação apresentado ao curso Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica do IFSertãoPE, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 30 / 03 / 2026.

NOTA: 95,00

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Cássio Alves Linhares
IFSertãoPE
Orientador(a)

Prof.(a) Dra. Luzinete Moreira da Silva
IFSertãoPE
Membro interno

Prof.(a) Dra. Maria Lúcia Maurício da Silva
UEPB
Membro externo

SALGUEIRO -PE

2026

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares, pelo incentivo constante, e ao meu esposo, por caminhar ao meu lado e compreender cada hora de ausência dedicada a este sonho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Correia e Maria das Graças, por serem meus primeiros mestres e por todo o sacrifício e amor que possibilitaram minha chegada até aqui. Sem o apoio e os valores que me transmitiram, este sonho não seria possível.

Ao meu esposo, Wellington, meu porto seguro e companheiro de todas as horas, por compreender as longas noites de estudo, por me incentivar nos momentos de cansaço e por acreditar em mim mesmo quando eu duvidei. Esta conquista é, verdadeiramente, nossa.

Aos meus filhos, Ângelo Rafael e Pedro Lucas, que foram minha maior motivação para concluir este trabalho. Agradeço pela paciência com a minha ausência temporária e por encherem minha vida de alegria, dando sentido a cada esforço dedicado à construção de um futuro melhor para nós.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE, Campus Salgueiro, pela oferta da Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao corpo docente da Especialização, por todos os ensinamentos repassados.

A professora Janaine pelo acompanhamento inicial na construção do meu TCC.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Cássio Alves Linhares, por todo o suporte, amizade e compreensão na condução deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora, as Prof^{as} Dr^{as} Luzinete Moreira da Silva e Maria Lúcia Maurício da Silva por todas as sugestões de melhoria do meu trabalho.

Muito obrigada!

“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças.”

Mantoan

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com o objetivo de avaliar as práticas educativas voltadas à inclusão e à renovação do conhecimento nesse universo. A pesquisa utiliza uma metodologia autobiográfica qualitativa, fundamentada no memorial construído ao longo do curso e em narrativas, trajetória acadêmica, profissional e pessoal, como mãe atípica. O estudo possui fundamentação teórica baseada em diversos autores além de um embasamento jurídico que contempla a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei de Cotas (Lei nº 13.409/2016). Durante o desenvolvimento, foram discutidas as principais disciplinas e experiências do curso de especialização, refletindo sobre como os fundamentos teóricos e didáticos contribuem para a superação da dualidade educativa e para a preparação de estudantes com TEA para o mundo do trabalho de maneira crítica e emancipada. A inclusão efetiva na EPT exige a criação de ambientes acolhedores, adaptações curriculares e a formação contínua de docentes para garantir o acesso, a permanência e o sucesso profissional desses indivíduos.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão Escolar; Prática Educativa; Legislação Educacional.

ABSTRACT

This undergraduate thesis analyzes Autism Spectrum Disorder (ASD) within the context of Professional and Technological Education (PTE), aiming to evaluate educational practices focused on inclusion and the renewal of knowledge in this field. The research employs a qualitative autobiographical methodology, grounded in a memorial constructed throughout the course, as well as narratives of the author's academic, professional, and personal journey as an atypical mother. The study is supported by a theoretical framework based on authors such as Ciavatta, Arantes and Costa, and Vasconcellos, in addition to a legal foundation that includes the Berenice Piana Law (Law No. 12,764/2012), the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13,146/2015), and the Quota Law (Law No. 13,409/2016). During the development, the main disciplines and experiences of the specialization course were discussed, reflecting on how theoretical and didactic foundations contribute to overcoming educational duality and preparing students with ASD for the world of work in a critical and emancipated manner. Effective inclusion in PTE requires the creation of welcoming environments, curricular adaptations, and continuous teacher training to ensure access, permanence, and professional success for these individuals.

Keywords: Autism; Professional Education; School Inclusion; Educational Legislation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DESENVOLVIMENTO	12
2.1 Narrativas do processo formativo	19
2.2 Experiências e vivências na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	21
2.3 Reflexões sobre a formação acadêmica no curso	22
2.3.1 Disciplina 1: Cultura Digital	24
2.3.2 Disciplina 2: Práticas educativas e inclusivas na EPT: teorias e didática	28
2.3.3 Disciplina 3: Práticas Educativas Integradoras na EPT: Teorias e Didáticas	29
2.3.4 Disciplina 4: A Docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras	31
2.3.5 Disciplina 5: Pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT: Teorias e didáticas.....	33
2.3.6 Disciplina 6: Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias e didáticas	35
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Eu sou Jomara Sandra Gonçalves de Sousa Coelho, natural de Teresina – PI, casada com Wellington Coelho, mãe dos gêmeos Ângelo Rafael e Pedro Lucas de 6 anos. Filha de José Corrêia (*in memoriam*) e Maria das Graças Gonçalves e irmã de Joseane Gonçalves e Jean Carlos Sousa. Sou licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e formanda também em Marketing Empresarial pela mesma instituição.

A formação do pedagogo é um campo de disputas históricas e ideológicas, marcada por interesses que nem sempre dialogam com a realidade social. Mais do que formar profissionais para o mercado, trata-se de preparar sujeitos ético-políticos capazes de intervir criticamente nos processos educativos e sociais. O pedagogo atua em múltiplos espaços escolares, comunitários e institucionais com papel fundamental na promoção da cidadania e da justiça social (Costa;Hávila, 2023).

Minha primeira experiência profissional foi aos 15 anos e meu primeiro estágio remunerado foi aos 18 anos. Estudei a educação infantil em escola pública e ensino fundamental e médio na rede privada. Trabalhei como professora na rede privada com educação infantil e na rede pública como professora no ensino fundamental. Fui empreendedora e logista por 6 anos. Dessa forma, surgiu o interesse pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Meus pais, com apenas o nível fundamental, tiveram que trabalhar muito para manter o sustento da casa, provendo alimentação, saúde e educação. Passamos por muitas dificuldades financeiras, mas nunca nos faltou amor, proteção, incentivo aos estudos, zelo e cuidado.

Inicialmente, é oportuno registrar como surgiu o interesse da escolha do Tema pela temática Educação Inclusiva e pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA). Primeiro, por ser mãe atíca de um lindo garotinho de 6 anos autista, nível I de suporte; segundo, por enfrentar muitas dificuldades na escola do meu filho por questões de adaptação curricular, despreparo dos docentes e de toda equipe gestora e por me preocupar profundamente com o futuro profissional dele. Ademais, o fato de ser também pedagoga, por formação, gostaria de me aprofundar nesse universo e adquirir mais conhecimento e capacitação profissional.

A importância da realização desta pesquisa dá-se pela crescente demanda que há nos IF's de todo Brasil, de alunos que estão incluídos no Espectro Autista e pelas dificuldades que as instituições enfrentam para manter a permanência desse público em sala de aula e ainda mais; que garanta a verdadeira inclusão em todos os aspectos, sobretudo a adaptação curricular.

Nessa perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se apresenta como uma modalidade educacional que busca a superação da dualidade estrutural existente, ao propor uma formação humana integrada e omnilateral, cujo objetivo é preparar o indivíduo para atuar no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente de sua realidade, que segundo Ciavatta (2005, p. 2), consiste em “garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para leitura do mundo e para atuação como cidadão”, o que também supõe a preparação desses indivíduos para atuar em uma sociedade marcada pela diversidade.

Partindo do que é observado nas instituições públicas e privadas, e levando em consideração os dados referentes ao aumento de casos de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, o presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de responder ao problema da pesquisa: “Transtorno do Espectro Autista na Educação Profissional e Tecnológica: prática educativa para renovação do conhecimento e da inclusão social”.

Destaco, aqui, que este trabalho será uma pesquisa autobiográfica. Mostraremos neste trabalho quem serão as pessoas beneficiadas com essa pesquisa, visto que esse público tem aumentado em números astronômicos a cada dia e além dos que já estão, novos chegarão em breve e o mercado de trabalho espera que esses alunos venham devidamente capacitados para exercer suas funções dentro da sociedade.

De acordo com CDC (Centers for Disease Control and Prevention): Relatório bienal da rede ADDM publicado em 17 de abril de 2025 com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): Dados do Censo Demográfico 2022 (publicação oficial de maio de 2025) e dados do Ministério da Saúde / Agência Brasil: Relatórios sobre o Censo Escolar e atendimento no SUS.

Vamos levantar questões tais como: Como a classe do docente da EPT está preparada e de que forma eles estão tratando esses alunos? As escolas, incluindo os IF's, estão preparados para garantir o acesso e permanência desses estudantes? Práticas pedagógicas inclusivas estão sendo implementadas em sala de aula? Existe adaptação curricular para esses alunos? As adaptações tem abarcado a todos? De que forma? Qual o índice de evasão desse público no universo da EPT, na esfera federal? Quais os caminhos possíveis para alcançar a inclusão escolar estabelecida em lei? Esses foram alguns questionamentos que surgiram e induziram a escolha por esse tema da pesquisa.

A EPT promove a inclusão ao preparar cidadãos para o mundo do trabalho e a sociedade, oferecendo oportunidades de qualificação e inserção profissional, especialmente para jovens, e

servindo como ferramenta para o desenvolvimento de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades. A inclusão na EPT abrange a criação de um ambiente escolar acessível e acolhedor, com o uso de recursos e tecnologias assistivas para garantir o desenvolvimento e o acesso ao conhecimento.

Essa temática é importante para inclusão de alunos com TEA na EPT é crucial para o desenvolvimento integral desses indivíduos, promovendo autonomia, aprendizado social, empatia e o acesso à qualificação profissional e ao mercado de trabalho. Essa prática beneficia não só o aluno com TEA, que ganha oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de suas potencialidades, mas também a comunidade escolar, ao fomentar um ambiente de respeito à diversidade e de cooperação.

Inúmeros são os benefícios de tratarmos essa temática em nosso meio. Destaco aqui alguns desses benefícios:

Desenvolvimento Social e Emocional: A convivência com colegas neurotípicos proporciona experiências sociais ricas, aprimorando habilidades de comunicação, interação e empatia. **Aprendizagem e Desenvolvimento de Potencialidades:** O ambiente inclusivo estimula a motivação, o desenvolvimento de habilidades cognitivas e a autoestima, além de oferecer condições de aprendizagem adaptadas e suporte necessário para superar dificuldades.

Autonomia e Emancipação:

A EPT inclusiva é um caminho para a emancipação humana, preparando o indivíduo para ter mais independência e se tornar parte mais ativa da sociedade.

Acesso ao Mercado de Trabalho:

A qualificação profissional oferecida pela EPT é um meio essencial para a inserção dos alunos com TEA no mercado de trabalho.

Benefícios para a Comunidade Escolar:

Construção de uma Sociedade Mais Justa:

A inclusão de alunos com TEA na EPT contribui para o reconhecimento e o respeito da diversidade humana, formando uma sociedade mais justa e inclusiva.

Desmistificação do Autismo:

A convivência e o intercâmbio de experiências com alunos com TEA ajudam a diminuir o estranhamento e a desmistificar o autismo, promovendo um ambiente acolhedor.

Fomento da Empatia e Cooperação:

A interação diária entre alunos com e sem TEA cultiva valores como empatia,

compreensão e cooperação, que se estendem para além do ambiente escolar.

O Papel da EPT na Inclusão

Garantia de Direitos:

A inclusão na EPT, além de ser um imperativo ético, é uma garantia legal, com diversas normativas que asseguram o direito à educação e à qualificação profissional de pessoas com deficiência.

Desenvolvimento de Habilidades Profissionais:

A EPT tem a função de oferecer a formação necessária para que esses alunos desenvolvam habilidades específicas para o mundo do trabalho, promovendo sua autonomia e inserção social. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário criar um ambiente que seja verdadeiramente acolhedor, com adaptações e suporte adequados, e a formação de professores para lidar com as particularidades desses alunos.

Nesta pesquisa iremos analisar as obras, artigos e trabalhos de diversos autores como: Arantes e Costa (2025), que investigaram desafios e possibilidades de inclusão, e Batista e Barbosa (2022), que abordaram a inclusão na EPT. Como também Vasconcellos (2019), Autora de uma tese de mestrado que analisou as práticas educativas e a escolarização de alunos com TEA na Educação Profissional, e os resultados foram publicados na Revista de Administração Mackenzie. Assim como trataremos sobre as legislações: Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana): Instituiu a Política Nacional de Proteção às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, garantindo direitos como acesso à educação profissionalizante, segundo o Portal CAPES. Lei nº 13.409/2016: Estabeleceu a reserva de cotas para alunos com deficiência nas instituições federais de ensino, aumentando o acesso a cursos profissionalizantes, de acordo com o Portal CAPES. Assim sendo, o objetivo deste trabalho foi avaliar sobre o Transtorno do Espectro Autista na Educação Profissional e Tecnológica e discutir a prática educativa para a renovação do conhecimento e da inclusão no universo da EPT.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho dar-se-á de reflexões e narrativas da minha formação e experiências profissionais, seguindo método de pesquisa autobiográfica qualitativa. Para tanto, esta metodologia é caracterizada pelo pesquisador ser sujeito da pesquisa.

Abrahão (2011) afirma que a pesquisa (auto)biográfica é sempre uma possibilidade de valorização do sujeito que está inserido em um determinado contexto socioeconômico, político e cultural característico de seu tempo, em um espaço geográfico onde as vivências se transformam em experiências, pela via da reflexão crítica, tornando cada trajetória significativa. Segundo o autor ele conceitua a autobiografia como sendo:

A pesquisa (auto)biográfica pode ser entendida como estratégia de investigação qualitativa, a partir das narrativas das histórias de vida dos grupos humanos, sua leitura de mundo, seus sentimentos, percepções e interações com o contexto social em que estão situados (Santos *et al.*, 2018, p. 47).

O memorial é um documento elaborado passo a passo, no qual são relatadas as impressões sobre a aprendizagem, os acertos, as vitórias, os avanços, as escolhas, assim como os retrocessos, as paradas e as dúvidas. Segundo Carrilho et al. (1997, p. 04), o memorial é um texto de caráter científico, onde o autor descreve a sua trajetória profissional de forma crítica e reflexiva. Trago neste, neste memorial, os resultados dos meus estudos a cerca do tema: o aluno TEA no universo EPT. Em sua pesquisa Arantes e Costa (2025) afirmam que:

Cada vez mais o número de pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem aumentando nos últimos anos, algumas delas já ingressaram na Universidade e outras tantas ainda ingressarão. Com o cenário atual, percebe-se surgir dúvidas por parte dos docentes em relação à acessibilidade de suas aulas, bem como em relação à comunicação/interação com estes estudantes (Arantes; Costa, 2025, p. 6).

Lima (2023) afirma que o contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a inclusão se torna ainda mais relevante, uma vez que essa modalidade tem o papel crucial na formação profissional e preparação dos estudantes para o mercado de trabalho. O vazio acadêmico também reflete as políticas anteriores aplicadas à EPT. Não podemos esquecer que, em seus primórdios, a Educação Profissional no Brasil era desvinculada do sistema de educação

geral e apresentava um caráter assistencialista (Silva; Dore, 2016).

Analisaremos o artigo dos autores Kokkonen, Barbosa e Batista (2022) que tem como objetivos colaborar para a reflexão acerca dos desafios da inclusão escolar de estudantes com TEA na Educação Profissional e Tecnológica e para a redução do vazio bibliográfico sobre o tema no que diz respeito a essa modalidade educacional.

O embasamento jurídico dessa pesquisa é relatada através das leis: Lei nº 13.146 de 2015(LBI), Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), Lei nº 13.409/2016(Lei das Cotas). A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 2015, assegurou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência em condições de igualdade, contemplando o conceito de educação durante toda a vida.

Nesse sentido, este trabalho é respaldado pelas concepções de Connelly e Clandinin (1995, p.11), uma vez que consideram que o homem é essencialmente um contador de histórias que extrai sentido do mundo pelas histórias que conta. O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma condição que pode afetar a permanência e o progresso do estudante na escola, desde a educação infantil até a educação superior, bem como interferir no seu ingresso e permanência no mundo do trabalho (Serra, 2004; 2010).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2021), o número de matrículas de alunos da Educação Especial na educação profissional de nível médio no Brasil teve um incremento de aproximadamente 4,3% em 2018. Esse incremento está abaixo da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que propõe triplicar a oferta de educação profissional técnica de nível médio. Em relação à educação especial, o último Censo Escolar revela avanços no número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns em 2020, havendo uma ampliação de 34,7% no número de matrículas em relação ao ano de 2016. Esse aumento foi influenciado pelas matrículas de ensino médio que dobraram durante esse período (Inep, 2019; 2021).

Baseados nessa premissa, Violante e Leite (2011) realizaram um estudo sobre empregabilidade de pessoas com deficiência e evidenciaram que, em algumas circunstâncias ou situações, o foco de análise sobre as habilidades da pessoa com deficiência para exercer determinada função no mundo do trabalho estava direcionada ao próprio indivíduo. Portanto, muitas vezes a análise sobre empregabilidade se baseava apenas numa análise superficial sobre as potencialidades da pessoa com deficiência.

Para Gomes (2011), que analisou especificamente alunos diagnosticados com TEA, se faz necessário identificar diversas peculiaridades dentro dessa condição, uma vez que pode vir a afetar seu ingresso, permanência e progresso na escola, dificultando assim a chegada desses alunos ao nível superior e ao mercado de trabalho. Melhorar as condições de acesso e permanência na escola é uma das formas de preparar o sujeito para viver de forma plena, buscando reduzir ou eliminar preconceitos e barreiras para o seu modo, muitas vezes diferente, de analisar a vida.

Por isso, as relações de cooperação e de apoio entre as instituições educacionais, os professores e a família têm influência direta neste processo. A inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar brasileira, o qual precisa ser preenchido com ações adequadas e eficazes (Mello et al., 2013; Pereira; Barbosa; Silva, 2015).

No que tange à legislação, a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764) instituiu um marco na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). No Brasil, esta lei significou um grande avanço para todos os que têm esse transtorno, seus familiares e profissionais que atuam com esta população. A referida lei foi sancionada em 27 de dezembro de 2012 e modificou o cenário brasileiro em relação à garantia dos direitos de indivíduos diagnosticados com TEA (Brasil, 2012). Esta lei influenciou, de forma positiva e em diversos aspectos, a vida do indivíduo com TEA, principalmente no âmbito educacional, em relação ao acesso ao processo de escolarização. No entanto, ainda há muito a fazer para além do acesso, pensando também na permanência e em todo o processo até a conclusão de sua escolarização (Santos; Vieira, 2017; Souza; Aanache, 2020; Tibyriça, 2015).

A educação profissional no Brasil tem uma longa trajetória marcada por desafios e avanços. Até a década de 1990, a formação profissional era vista como um caminho alternativo para aqueles que não chegavam à universidade (Carvalho; Santos, 2017; Oliveira, 2000). No entanto, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a educação profissional passou a ser reconhecida como uma etapa igualmente importante da formação escolar (Picanço, 2008).

A educação profissional técnica de nível médio é voltada para a formação de adolescentes e jovens, proporcionando-lhes o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais para o exercício de atividades profissionais específicas (Cunha, 1998; 2000; Cury, 2002). A EPT de graduação é direcionada a formar profissionais para atuar em funções que necessitem de alta especialização e produção científica (Frigotto; Ciavatta, 2002; 2006).

A formação inicial e continuada visa atualizar e/ou complementar as competências dos trabalhadores em exercício ou que buscam qualificação para entrar no mercado de trabalho (Saviani, 2006). Ela é realizada por meio de cursos rápidos e práticos, abordando temas relevantes para a realidade do mundo do trabalho, sendo algumas delas também oferecidas por Institutos Federais (IF's).

Embora ainda existam muitos desafios a serem enfrentados, tais como a falta de infraestrutura e de recursos nas escolas, a educação profissional vem ganhando espaço e importância no país. Isso se deve, em parte, às políticas públicas de incentivo à educação profissional e aos investimentos em programas de qualificação e formação profissional. Além disso, a Lei da Aprendizagem (nº 10.097/00 – de 19 de 25 dezembro de 2000) estabelece que empresas devem contratar jovens aprendizes, contribuindo assim com sua inserção no mercado de trabalho, incentivando a formação profissional como um todo (Ciavatta, 2006).

O processo de inclusão escolar nos institutos federais é um tema de grande importância e relevância na atualidade. Desde a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), houve uma mudança significativa na forma como a inclusão é tratada no país. No que se refere aos Institutos Federais, o processo de inclusão escolar se dá por meio de políticas públicas e práticas pedagógicas que buscam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Moreira; Carvalho, 2022). Estas políticas incluem a oferta de recursos e tecnologias assistivas, a formação continuada de docentes, a adaptação de ambientes e metodologias de ensino, a disponibilização de intérpretes de Libras e de outros profissionais especializados, entre outras medidas (Santos, 2020).

Atualmente, a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino é obrigatória pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e pelo Decreto nº 7.611/2011, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. As instituições de ensino devem oferecer condições para que esses estudantes possam participar plenamente da vida acadêmica, levando em consideração suas necessidades e especificidades. Nesse sentido, as expectativas profissionais específicas dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA) se mostram como algo subjetivo, pois cada pessoa é única e possui aspirações e objetivos diferentes.

A falta de capacitação adequada dos professores e profissionais de apoio, bem como a escassez de recursos materiais e financeiros, podem limitar a eficácia da inclusão e prejudicar

o pleno desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com TEA. Os programas de estágio podem mudar a vida de muitos indivíduos com autismo, dando-lhes oportunidades de trabalho e permitindo que eles desenvolvam e compartilhem suas habilidades no mundo do trabalho. Além disso, dar-lhes essa chance também é benéfico para as empresas, que ganham talentos diversos e inovadores.

Uma das principais barreiras para as pessoas com autismo é encontrar emprego e manter-se no mercado de trabalho (Bernick; Holden, 2018). No entanto, com as devidas adaptações no ambiente de trabalho e apoio, as pessoas com autismo podem ter sucesso profissional.

Na educação profissional, é importante que as pessoas com TEA tenham acesso a programas de treinamento e desenvolvimento de habilidades que os ajudem a alcançar seu potencial e a se tornarem membros produtivos da sociedade (Anjos, 2006; Barbosa, 2019; Nascimento; Faria, 2013; Oliveira, 2014). Para isso, é fundamental que tais programas sejam adaptados para atender às necessidades individuais dessas pessoas (Bó, 2019).

O processo de inclusão de pessoas com TEA na educação profissional exige uma abordagem personalizada, que leva em consideração as necessidades individuais de cada pessoa e adaptação dos programas de treinamento e desenvolvimento de habilidades de acordo com a sua zona de interesse. Com o apoio adequado, as pessoas com TEA podem ser bem-sucedidas no mundo do trabalho, trazendo inúmeras contribuições sociais (Basto; Cepellos, 2023).

A formação profissional é o primeiro passo para auxiliar as pessoas com autismo a adentrar ao mundo do trabalho. A formação profissional é, portanto, essencial para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem enfrentados em relação ao acesso e a permanência de estudantes no ensino técnico federal, principalmente aos que possuem alguma especificidade educacional. Um estudo realizado em 2019 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontou que a maioria dos estudantes que ingressaram nos cursos técnicos são oriundos de famílias com renda per capita acima de um salário-mínimo (Ferrarini; Gaiger; Schiochet, 2018; IPEA, 2017; 2022). Além disso, há diferenças regionais significativas no acesso aos cursos técnicos, com estados do Norte e Nordeste apresentando taxas de matrícula mais baixas do que os estados do Sul e do Sudeste (IBGE, 2020; IPEA, 2017; 2022).

A formação de profissionais técnicos é vista como importante para o desenvolvimento

econômico do país, uma vez que esses profissionais possuem habilidades específicas que são necessárias para diversos setores da economia. Estudos apontam que a formação técnica pode contribuir para a redução do desemprego e aumento da produtividade (IPEA, 2017).

Em resumo, de acordo com os últimos estudos (Senhoreto; Leopoldo, 2020), o acesso ao ensino técnico federal tem tido um impacto positivo na educação e na economia do país, mas ainda há desafios a serem superados para garantir que mais estudantes tenham acesso a essa modalidade de ensino. No contexto da educação profissional, estudos específicos sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) ainda são recentes. Essa lacuna de conhecimento dificulta a compreensão de como ocorre a escolarização de pessoas com TEA nesse contexto e a identificação de práticas pedagógicas efetivas.

Anteriormente, as pesquisas relacionadas à educação profissional nos Institutos Federais abordavam uma visão geral de vários tipos de deficiência, transtornos de aprendizagem e os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), atualmente referidos como TEA. Entretanto, não especificavam detalhes sobre a escolarização de pessoas com TEA nesse contexto.

Vasconcellos (2019) analisou as práticas educativas adotadas na escolarização de um aluno com TEA no ensino técnico integrado (ETI) e observou que a escola precisa adotar práticas pedagógicas específicas para atender às necessidades educacionais desse grupo de alunos. A autora ressaltou a importância da inclusão de professores e alunos no processo educativo, assim como a necessidade de promover a conscientização e a sensibilização de toda a comunidade escolar para a questão da inclusão.

Fracalossi et al. (2022) tiveram como objetivo discutir a temática da inclusão educacional de estudantes com TEA na Educação Profissional e Tecnológica, considerando as possibilidades e desafios dessa inclusão. Isso é importante pois, embora o debate sobre a inclusão de estudantes com TEA seja bastante difundido, nem sempre é abordado em relação à educação profissional e tecnológica. A discussão desses autores pode contribuir para ampliar a compreensão sobre como promover a inclusão desses estudantes nesse contexto.

É interessante notar que a inclusão de estudantes com TEA é um tema cada vez mais presente no âmbito da educação. A pesquisa de Monteiro (2022), por exemplo, resalta que o exercício dos direitos à educação e ao emprego por pessoas com TEA é um desafio complexo que requer esforços de diferentes atores sociais, incluindo famílias, escolas, empresas e órgãos públicos.

Bezerra; Pantoni (2022) também apontam a importância da formação docente para a

inclusão de alunos com TEA no ensino médio integrado. Os autores sugerem que a utilização de vídeos como ferramenta de mediação do processo de formação dos agentes educativos pode ser uma estratégia interessante para capacitar os professores e auxiliá-los na promoção da inclusão escolar.

Em relação aos estudantes com TEA, é importante notar que existem desafios específicos que podem afetar sua participação e sucesso na educação profissional, como a falta de compreensão sobre suas necessidades e dificuldades de comunicação e interação social. Outro aspecto relevante é a relação entre o autismo e o mundo do trabalho. A presença de barreiras, especialmente as atitudinais, dificulta a inclusão e a capacitação de indivíduos com TEA no mercado de trabalho. Devido aos desafios nas habilidades sociais e de comunicação, é fundamental identificar estratégias e práticas que promovam a inclusão dessas pessoas no ambiente profissional e valorizem suas habilidades individuais.

Para garantir a inclusão e o sucesso dos estudantes com TEA na educação profissional, é necessário adotar abordagens pedagógicas e metodologias de ensino que sejam sensíveis às suas necessidades. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, estratégias de ensino estruturadas e apoio individualizado para as habilidades sociais e de comunicação. Além disso, é importante garantir que os ambientes educacionais sejam acessíveis e inclusivos para todos, com instalações adequadas, adaptações de tecnologia assistiva e treinamento adequado para professores e profissionais de apoio.

Em resumo, a inclusão de estudantes com TEA na educação profissional é uma questão importante e requer esforços contínuos para garantir que todos tenham acesso a oportunidades educacionais e profissionais igualitárias.

2.1 Narrativas do processo formativo

Minha formação acadêmica iniciou com os cursos, feito de maneira concomitante, de Licenciatura em Pedagogia e Superior Sequencial em Marketing Empresarial, ambos pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em 2009.

O início não foi fácil pois além da graduação normal, no período vespertino, e no sequencial no noturno (21h00 às 00h00), eu trabalhava como recepcionista, 36 horas semanais, incluindo finais de semana. A rotina era exaustiva e puxada. Eram raros os dias que eu não dormia na aula, de tão cansada. “Mais que uma “categoria”, trabalhar e estudar configura uma

“situação”, que pode ser mais breve ou mais extensa[...]” (Abramo et al., 2020, p. 10).

Sempre me identifiquei mais com o Curso de Marketing Empresarial e por muitas vezes pensei em desistir da Graduação de Pedagogia. Só não desisti pela incerteza que era o Curso Sequencial, se no final iria ter ou não reconhecimento do MEC, e pela certeza em ter uma graduação “de verdade”, que no caso a opção era Pedagogia. Guarany (2010) destaca que, “além de alguns agravantes, outros fatores favorecem para a não identificação do curso, como a decepção com as matérias, estrutura física e área de atuação no curso”.

Por muitas vezes me questioneei porque não desistia do Curso de Pedagogia, já que pouco me identificava com o mesmo. Mas no fundo, algo me dizia para não desistir porque a verdadeira finalidade daquele curso viria a logo prazo.

Sobre o processo de identificação com algo, os autores Riolf e Alaminos (2007), conceituam:

O conceito de identificação substitui a noção de identidade que, via de regra, é compreendida como algo estável, e dá ao sujeito a falsa ilusão de ter construído um si próprio completo e independente do outro. Assim sendo, levar em conta a noção de identificação traz a vantagem de dar a ver que, ao contrário do que parece à primeira vista, a identidade é uma faceta do sujeito que pode mudar a cada instante.

Segundo Veloso (2000), “é necessário pensar em uma política de orientação acadêmica que, por meio de um acompanhamento dos alunos, garanta o amparo aos seus problemas e dificuldades enfrentados ao longo do curso”.

Após dois anos e meio, me formei no Sequencial em Marketing Empresarial e continuei trabalhando com na mesma empresa privada, mas agora como assistente administrativa. Depois de mais dois anos me formei em Pedagogia. Mudei os planos, sai da empresa hospitalar, e fui trabalhar em escolas. Passado algum tempo casei e fui trabalhar novamente como assistente administrativa em uma instituição de cunho religioso. Após um tempo, sai dessa instituição e, com a ajuda do meu esposo, montei meu próprio negócio no ramo de vestuário onde permaneci por 6 (seis) anos.

Passei por mudanças na vida pessoal e profissional nesta caminhada. A respeito disso

afirma Severino (2006): “O trabalho desenvolve uma reflexão sobre a educação entendida como processo de formação humana, buscando ver quais os sentidos que essa formação recebeu ao longo de nossa tradição filosófica e na contemporaneidade [...]”.

Passsei algum tempo estudando para concurso e logo após um tempo me tornei mãe de gêmeos. Após um ano e meio descobri o autismo de um dos meus gêmeos. Foi aí que comecei a me interessar pela área, onde fiz alguns cursos online à cerca do tema. Sabe-se que a aprendizagem é um processo contínuo que ocorre durante toda a vida do indivíduo e o desenvolvimento do processo cognitivo será resultado de suas potencialidades genéticas, assim como as possíveis habilidades desenvolvidas ao longo de todas as fases da vida (Jarvis, 2006). Voltei meu olhar para minha de formação de Pedagogia e logo descobri o propósito da minha formação nessa área, adormecida durante tanto tempo. Meu primeiro contato com EPT foi no lançamento do edital desta pós-graduação e com o desejo de retornar com os estudos e com uma formação que me levasse a degraus superiores.

No início de 2025 fiz um curso de Aplicador ABA (*Applied Behavior Analysis*) em português: Análise do Comportamento Aplicada; por meio do qual me tornei Aplicadora na AMA (Associação dos Amigos Autistas do Piauí), na minha cidade natal Teresina - PI.

Escolhi a área da inclusão do aluno com TEA (Transtorno do Aspecto Autista) como tema do meu TCC por ser a área onde mais me interessa, estudo e me dedico no momento. Especialmente para me aprofundar na área, para ajudar meu filho, pensando no futuro profissional dele, em colaborar com outras pessoas e futuramente levar essa temática para minha possível prática docente na EPT.

2.2 Experiências e vivências na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Como já mencionado, meu primeiro contato com a EPT deu-se com o início desta pós-graduação. A priori, imaginei que eu me encaixo nesse universo pelas diversas experiências profissionais anteriores que tive de formação superior e profissional, muito embora, com a EPT, essa é a primeira experiência teórica que estou tendo.

Quando me habilitei nesse curso, não tinha a exata noção como seriam as disciplinas, tinha em mente que seriam em torno do ensino médio integrado, mas com o andamento do curso percebi que o universo da EPT era bem mais amplo. De imediato já gostei da primeira disciplina, da metodologia do professor, do atendimento do tutor e logo me identifiquei com o

curso. Já pude imaginar, de início, como eu poderia trazer esse novo aprendizado para o universo onde estou inserida, da inclusão e da acessibilidade.

Com o avançar das disciplinas tive alguns contratempos como: problemas de saúde dos meus filhos, excesso de tempo comprometido com tarefas domésticas e com o acompanhamento de terapias do meu filho autista. Por esses motivos não me dediquei, ao máximo, principalmente nas disciplinas do Módulo I – Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I e II. Até o momento, foram as disciplinas que tive mais dificuldade de interagir, acompanhar e compreender.

Acredito que esse curso pode ampliar meu leque de possibilidades de trabalho, de formação bem como na possibilidade atuar no universo EPT. Imagino que posso aliar minhas experiências posteriores a uma futura prática docente após a conclusão desse curso, além de poder acrescentar pontos no meu currículo de formação.

Sobre o indivíduo está em constante formação o autor afirma:

A aprendizagem se constitui de um processo de formação humana, no qual, a mesma perpassa por uma produção autônoma do conhecimento, promovendo a democratização dos saberes e relacionando o indivíduo criticamente na sociedade ao qual está inserido (Silveira et al., 2020, p. 39).

2.3 Reflexões sobre a formação acadêmica no curso

Durante a minha formação na Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, as disciplinas que mais marcaram e/ou que contribuíram para minha trajetória acadêmica e a escolha do tema do trabalho foram: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica, Práticas Educativas Inclusivas na EPT: teorias e didáticas, Práticas Educativas e Integradora na EPT; teoria e didática e Docência na EPT: Contingências históricas e práticas inspiradoras.

Ao acessar o AVA, no primeiro momento fiquei perdida com tantas informações ao mesmo tempo. Links direcionais dentro da leitura, vídeos relacionados, biblioteca de recursos, entre outros conteúdos. Achei que seria impossível dá conta de tanto conteúdo. Mas com a continuação dos estudos, fui me familiarizando com o AVA e vi quão rica era essa ferramenta

e que, a partir de agora seria minha “universidade em casa”, acessível a tantos novos conhecimentos de maneira “simples” e automática. Até o momento, estou encantada, feliz e realizada em poder subir mais esse patamar de formação, de maneira remota e via EAD (única maneira possível para mim) em cursar essa Pós em EPT.

Sobre as disciplinas estudadas os conceitos ou teorias que contribuíram para a forma de pensar sobre a educação foram os conceitos de Acessibilidade digital, Cultura Digital, Letramento Digital, Multiletramento, EPT para Todos, Ominilateralidade, Escola Unitária e Dualismo educacional, Saberes Docentes, Formação Continuada, Alteridade, Politecnicia, Formação Humana e Integral, Permanência e Pertencimento.

As disciplinas mais difíceis foi a do Professor Formador Robson Araújo: Trabalho – Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II. Achei a disciplina de difícil compreensão e assimilação. Um dos pontos desfavoráveis nesse curso foi a repetição do mesmo assunto presente em mais de uma aula. Muito embora seja para a fixação do conteúdo, achei “massante” repetir de novo a mesma leitura.

Todas as disciplinas estudadas até aqui me fizeram refletir bastante como foi minha prática como docente e qual docente eu pretendo ser. Me levaram as reflexões sobre inclusão, diversidade e sobre a importância das políticas públicas para a manutenção do aprendizado. Eu, me identifiquei com quase todas, visto ter vivenciado minha formação superior como estudante e trabalhadora, embora não tenha sido na EPT. Fazendo esse curso de pós em docência EPT, pude analisar e avaliar como minha formação acadêmica, foi incompleta e cheia de lacunas. Temas importantes com acessibilidade (em todos os níveis) e políticas públicas voltadas para esse tema foi conteúdo que não tive presente na minha grade curricular de formação.

A minha escolha pelo tema: “Transtorno do Espectro Autista na Educação Profissional e Tecnológica: prática educativa para renovação do conhecimento e da inclusão social”, já nasceu com a realização das primeiras produções de atividade ofertada na primeira disciplina de Cultura Digital. Sempre firme com essa temática, já voltei meu olhar para essa temática, durante o estudo de todas as disciplinas ofertadas durante o curso.

A temática escolhida é importante e urgente em ser tratada no universo EPT visto que é um assunto que permeia a realidade. Os estudantes neurodivergentes estão chegando ao mundo do trabalho e a EPT deverá ser a porta de entrada principal para esse público. De tudo que li e estudei nesse curso foi a parte que fala sobre o modo que essa pós-graduação se posiciona com relação a acessibilidade que mais me deixou feliz e segura no meu propósito em fazer curso.

Segue:

O Curso de Pós-graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, para além de seus outros objetivos, propõe-se a ser “[...] um curso que valorize a formação para o convívio respeitoso com as diferenças sociais e culturais e a compreensão profunda da realidade” Para buscar o exercício da docência, privilegiando a superação das desigualdades e a busca pela justiça social, é imprescindível a ciência de que a humanidade é diversa e possui uma infinidade de diferenças entre as pessoas que compõem o tecido social. (PPC do curso Docência na EPT, p. 13).

2.3.1 Disciplina 1: Cultura Digital

A disciplina de Cultura Digital foi a primeira a ser ofertada pelo curso, a qual foi ministrada pelo professor Formador Dr. Caio Túlio. Os assuntos estudados foram divididos em 4 (quatro) semanas.

Na semana 1 foi estudado o assunto sobre “Os desafios e perspectivas sobre o ensino e aprendizagem na EAD”. A primeira unidade foi dividida em 5 (cinco) capítulos: no primeiro unidade temática, refletimos sobre a intersecção entre a cultura digital e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e, ao longo dos cinco capítulos, foram abordados diversos aspectos dessa relação. No capítulo inicial, foi discutido as perspectivas de aprendizagem na Educação a Distância (EaD) e nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Durante o segundo capítulo, foram pensadas as dimensões e as influências da cibercultura nas relações e nas interações sociais, bem como o desenvolvimento histórico das tecnologias da informação e comunicação. Na sequência, no terceiro capítulo, foi discutido os conceitos de alfabetização e letramento digital, vinculados a uma educação digital crítica e emancipatória. O quarto capítulo apresentou diferentes meios e desafios para a inclusão digital, considerando seus usos éticos e reflexivos. Por fim, no quinto capítulo, foi analisado as particularidades da EPT na cultura digital e as possibilidades dessa relação nos campos da educação e da gestão.

O primeiro capítulo nos levou a descobrir sobre a modalidade EAD (Ensino a Distância)

conceito que, segundo Moore e Kearsley (2013), em seu texto Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line, nos traz a ideia de que:

“[...] alunos e professores estarão em locais diferentes durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam” (Moore; Kearsley, 2013, p. 1). Assim, a EaD surge, historicamente, para possibilitar que pessoas residentes em locais distantes de escolas ou universidades ou que, por algum motivo, não conseguem frequentar cursos presenciais possam usufruir de seu direito à educação. Nesse capítulo foi nos apresentado as TIC's (Tecnologia de informação e comunicação) mm outras palavras, o ensino-aprendizagem em cursos ofertados na modalidade a distância é mediado por essa ferramenta.

Bertoldo, Salto e Mill (2018) nos explicam, no Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância, que as TICs surgem da revolução nos setores da informação e da comunicação e se referem: “aos novos e mais efetivos meios de produção e troca de conhecimento, de promoção da educação e da pesquisa, de organização e manejo de dados, informação e conhecimentos” (Bertoldo; Salto; Mill, 2018, p. 619).

Ainda nesse capítulo foi nos foi apresentado o AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), seu conceito e sua aplicabilidade. Sobre esse conceito o autor fala: “[...] por meio das tecnologias e do planejamento educacional, [...] a gestão educacional, a viabilização de processos de ensino-aprendizagem e a disponibilização de conteúdo para a formação *on-line*” (Maciel, 2018, p. 31).

No capítulo 2, os assuntos abordados foram: Cultura Digital, das TIC's para as TDIC's, Inteligência Artificial e Cyberespaço. A cultura digital consiste no conjunto de experiências, práticas, valores, hábitos, formas de pensar, interagir e comunicar-se, predominantes na contemporaneidade e que resultam das mudanças nos setores produtivos em decorrência do desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação (Kenski, 2018; Bertoldo; Salto; Mill, 2018).

As TDICs permitem a comunicação e a interação das pessoas entre si, entre pessoas, informações e aparatos tecnológicos e, ainda, dos aparatos entre si, na produção, compartilhamento e disseminação de informações (Bertoldo; Salto; Mill, 2018).

Inteligência Artificial (IA). Trata-se de uma tecnologia de aprendizado de máquina ou *machine learning*, que faz uso de algoritmos visando melhorar, de forma automática e contínua, o desempenho das máquinas a partir dos dados nela inseridos. O ciberespaço é definido, por Pierre Lévy (2010, p. 32), como o “novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de

organização e de transação, mas também como o novo mercado da informação e do conhecimento”.

No terceiro capítulo nos levou aos questionamentos sobre o ser alfabetizado e o ser letrado digitalmente. Segundo Frade (2014), a alfabetização digital geralmente ocorre por meio de jogos, brinquedos e aplicativos: em suma, a partir da prática social com os dispositivos digitais disponíveis, e, neste ponto, nos aproximamos do conceito de letramento digital.

No quarto capítulo discutiu-se sobre o ensino remoto e ensino à distância, inclusão digital como desafio social, acessibilidade como base para a inclusão digital, Uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias digitais. O quinto capítulo nos levou a responder sobre os questionamentos a cerca de como poderíamos agregar a nossa prática docente relacionando à cultura digital. Nos leva responder os seguintes questionamentos:

- Por que você escolheu ser um profissional que atua na formação de trabalhadores e trabalhadoras?

Resposta: Para alinhar minha história e experiência de vida aos conhecimentos de formação.

- O que você espera propiciar a essas pessoas por meio do seu trabalho?

Resposta: Propiciar novos olhares, novas concepções, novos conhecimentos, baseados na ciência e na vida prática.

“o professor tanto pode transmiti-los diretamente como pode indicar os meios pelos quais a transmissão venha a se efetivar”.
(Saviani, 2021, p. 57).

Na semana 2 o tema tratado foi “Por que Cultura Digital?” Nessa temática achei de suma importância sobre o processo formativo contínuo, ocorrendo ao longo da vida e do exercício profissional. O termo cultura, para mim, veio acrescido de novos conceitos. À medida que estudava o assunto sobre cultura ampliei meus horizontes a respeito do tema.

Multiletramento foi um outro conceito novo que aprendi com essa disciplina. Rojo (2013) nos traz o conceito de multiletramentos. Segundo ela, o “multi” se refere a dois aspectos das práticas de letramento contemporâneas.

O primeiro deles é a “multiplicidade de linguagens, semioses e mídias envolvidas na criação de significação para os textos multimodais contemporâneos” (Rojo, 2013, p. 14, grifo da

autora). Já o segundo diz respeito à “pluralidade e a diversidade cultural trazidas pelos autores/leitores contemporâneos a essa criação de significação” (Rojo, 2013, p. 14, grifo da autora).

A discussão a cerca da Acessibilidade Digital foi assunto que aqui me chamou atenção e agregou novo saber para mim. A inclusão digital também precisa articular-se à acessibilidade compreendida, em sentido amplo, como condição para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam fazer uso, com segurança e autonomia. Sobre isso o autor diz: “total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação” (Malheiro; Schlünzen Junior, 2018, p. 25).

Temas relevantes na atualidade, como *cyberbullying*, *inteligência artificial*, *fake news*, redes sociais e tecnologias digitais foram outros assuntos que me chamaram bastante atenção nessa disciplina. Na semana 3 foi estudada a temática EPT para todos. Para isso, as discussões foram centralizadas junto com a criticidade para verificarmos se a educação a distância e ensino remoto têm diferenças, assim como nos impactos que ainda vivenciamos na educação devido a pandemia, ao mesmo tempo que promovemos o debate sobre a inclusão digital como desafio social e acessibilidade como sua base.

Educação a Distância, conceito que, segundo Moore e Kearsley (2013), em seu texto Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line, nos traz a ideia de que “[...] alunos e professores estarão em locais diferentes durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam” (More; Kearsley, 2013, p. 1).

Na semana 4 fomos convidados a refletir sobre o movimento coletivo que reforça a compreensão das singularidades, possibilidades e o papel transformador das tecnologias digitais para promover a emancipação social e mitigar desigualdades na sociedade conectada. Além disso, foi apresentado duas obras que ressaltam, respectivamente, a projeção-identificação e potencialidades educativas em narrativas digitais; e também uma reflexão sobre alteridade, experiência e imersão através de educação sobre saúde mental. Essa disciplina me fez pensar sobre o papel do educado que "passa o conteúdo" e aqueles que buscavam educar, nesse sentido mais amplo.

2.3.2 Disciplina 2: Práticas educativas e inclusivas na EPT: teorias e didática

A segunda disciplina do módulo 2 escolhida por mim foi Práticas educativas e inclusivas na EPT: teorias e didática, tem como objetivo promover reflexões críticas e fundamentadas sobre a inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), abordando as diferentes formas de diversidade presentes no mundo do trabalho, nas relações sociais e nos espaços educativos. Ao longo da disciplina, foi discutido as principais legislações e conceitos relacionados aos direitos educacionais, bem como os desafios e as possibilidades de superação de prática excludentes, discriminatórias e racistas. Foi analisado também dados e experiências que evidenciam a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, além de conhecer propostas didáticas inovadoras voltadas à construção de uma EPT verdadeiramente inclusiva. No intuito de contribuir para a formação de educadores conscientes de seu papel na garantia do direito à educação para todos e todas.

Aqui refletiu-se sobre temas essenciais para a construção de uma educação mais justa e inclusiva: igualdade, diversidade, equidade e alteridade, compreendendo a educação inclusiva como um direito inegociável.

Dialogou-se sobre as diferenças humanas e os desafios de superar preconceitos e exclusões no contexto educacional. Foi um convite a entender que a diversidade não pode ser sinônimo de desigualdade e que uma sociedade mais justa precisa reconhecer e valorizar as identidades e singularidades de todos os sujeitos.

O foco foi:

- ✓ Compreender os conceitos fundamentais de igualdade, diversidade, equidade e alteridade;
- ✓ Refletir sobre o papel da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na promoção de práticas inclusivas.

Analisar as relações sociais, culturais, econômicas e políticas que impactam a construção de uma escola para todos pensamos no princípio da igualdade e consciência da realidade diversa, Boaventura Santos (2006, p. 316) alerta que” [...] temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (Boaventura Santos, 2006, p. 316).

Ações afirmativas, empatia, educação inclusiva como direito fundamental, inclusão em escolas regulares, educação de qualidade para todos, adaptação curricular e flexibilidade,

treinamento e apoio a professores, participação da comunidade e parcerias, classe-que-vive-do-trabalho, presença Feminina e LGBTQIA+ na EPT, identidade de gênero, negros e indígenas, bem como da população quilombola. A inclusão de pessoas com deficiência e de Jovens e Adultos em privação de liberdade na EPT e as pessoas neurodivergentes foram as questões que permearam ao longo da aula 1 dessa disciplina.

Na aula 2 analisamos como o racismo estrutural, a desigualdade histórica e as barreiras sociais impactam o acesso, a permanência e o sucesso desses grupos na EPT. Também conhecemos importantes ações afirmativas, projetos e políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas para enfrentar essas desigualdades, como a Pnerq e iniciativas como o PRONATEC Quilombola, o Projeto Saber Quilombola, e programas voltados à Educação Escolar Indígena.

Na última aula, compreendemos como práticas pedagógicas inclusivas, ambientes acessíveis e políticas públicas são fundamentais para a construção de uma Educação Profissional Social, que realmente promova o direito de todos à aprendizagem e à cidadania e refletimos sobre a importância do multiculturalismo, do interculturalismo e da valorização das diferenças como caminho para uma educação omnilateral e emancipadora. Essa disciplina expandiu minha mente a cerca da acessibilidade, principalmente por enxergar classes de pessoas excluídas que também precisam do ensino, das políticas públicas e de nossa atenção. Pude sair do meu quadrado, que é o da neurodiversidade, e pude ver além.

2.3.3 Disciplina 3: Práticas Educativas Integradoras na EPT: Teorias e Didáticas

O componente curricular “Práticas Educativas Integradoras na EPT: Teorias e Didáticas”, a partir deste momento iremos nos familiarizar com a ideia central do Ensino Integrado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Iremos compreender como essa proposta pode ser aplicada em diferentes contextos: no Ensino Médio Integrado (EMI), na Formação Inicial e Continuada (FIC), em cursos de qualificação profissional, e até mesmo no Ensino Fundamental articulado com a formação profissional.

Com o estudo dessa disciplina podemos perceber que o Ensino Integrado não se limita a uma etapa específica da educação. Ele propõe uma formação ampla, articulando os saberes científicos, tecnológicos, culturais e do mundo do trabalho - superando a fragmentação do conhecimento e promovendo a formação humana integral.

Nessa aula, vamos conhecer experiências concretas e inspiradoras do Ensino Médio Integrado (EMI) desenvolvidas em diferentes contextos do Brasil. Vamos compreender como essa modalidade busca articular a formação geral e a educação profissional, superando a tradicional separação entre o aprender para a vida e o aprender para o trabalho. Vamos analisar casos como a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), e de outros locais, conforme os fundamentos estudados nessa semana. Também foi discutido os desafios, as potencialidades e os fundamentos teóricos que sustentam o ensino integrado, como a omnilateralidade, a politécnica e a escola unitária.

Outro assunto foi: distintos espaços públicos nos quais se desenvolve a EPT, explorando potencialidades e limitações na materialização do ensino integrado. Também foi retomado e aprofundado a discussão sobre práxis transformadora como fundamento para o desenvolvimento do trabalho docente cooperativo com base em uma atitude integradora, e análise de experiências em práticas educativas integradoras vivenciadas em instituições públicas de EPT.

O ensino integrado pode ocorrer:

- ✓ no Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), doravante ensino médio integrado (EMI);
- ✓ no Ensino Médio e em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou de qualificação profissional;
- ✓ no Ensino Fundamental e em cursos FIC ou de qualificação profissional.

A primeira possibilidade legal, o EMI, vem ocorrendo em cursos destinados a adolescentes dos 15 aos 17 anos de idade (ou próximo a isso) e na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) “[...]o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade” (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005; p. 43).

A oportunidade que adolescentes, jovens e adultos do nosso país, que residem nas periferias das grandes cidades e no interior, a possibilidade de estudar o EMI em um instituto federal abre infinitas possibilidades de vida, principalmente no âmbito profissional. Porque a oportunidade propiciada a eles de estudo em um local bem estruturado com professores capacitados faz toda diferença no ensino aprendizagem.

Seria de suma importância que houvesse políticas públicas que garantisse que as escolas

das redes estaduais, as quais concentram quase 85% da matrícula do Ensino Médio nacional, tivesse a mesma estrutura física que os RFEPCT, incluindo também a formação dos professores bem como a importância da avaliação ser colaborativa, interdisciplinar e formativa no ensino integrado na EPT. Essa foi uma disciplina foi rica em aprendizado, onde pude conhecer a realidade do EMI, a atuação dos IF's no processo de formação do público atendido, suas características e dificuldades.

2.3.4 Disciplina 4: A Docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras

A Docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras, foi a disciplina ministrada pelo professor formador Dr. Robson Arruda. Foi um componente curricular de 30 horas, que abriu o 2º módulo do curso, o qual buscou aprofundar questões mais específicas da docência na EPT, tais como a formação docente na EPT, práticas educativas integradoras na EPT, os desafios da educação inclusiva na EPT e a educação de jovens e adultos na EPT.

Nesta unidade temática deu-se atenção especial à formação da docência em EPT, avaliando a sua historicidade e os desafios e possibilidades de uma formação docente comprometida com a formação humana integral. Os saberes docentes necessários para a prática pedagógica na EPT foram discutidos em sua complexidade, tal como a observação de relatos e narrativas de experiências inspiradoras nesta temática.

Essa unidade temática que possibilitou a compreensão aprofundada dos desafios que atravessam a docência EPT, os saberes docentes e a sua formação profissional. Para isso, utilizado diversas metodologias de aprendizagem e atividades, tais como: Fóruns Temáticos, Questionário, Produção Textual, Vídeos e Artigos Especializados.

Na aula 1 foi dada atenção especial a história da EPT no Brasil e seus impactos na formação e prática pedagógica docente, assim como objetivamos compreender as especificidades do trabalho dos professores na EPT. O propósito da aula 1 foi compreender os principais marcos da história da EPT, examinando repercussões no processo de formação e do trabalho dos professores, o que nos levou a pensar sobre o nosso ofício como docente.

O ensino de ofício com caráter assistencialista foi marcante nesse tempo, passando logo após para o período tecnicista. Para Dante Henrique Moura (2007), a superação da dualidade no sistema educacional, marcada pela separação entre o ensino propedêutico, voltado para as elites e centrado em conhecimentos teóricos, como Ciências, Letras e Artes, e o ensino

técnico ou profissionalizante, direcionado às classes populares e focado no treinamento para o trabalho.

Nesse contexto econômico, houve, em 1971, a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/1971), que promoveu alterações na Educação Básica, transformando o Ensino Médio compulsoriamente em profissionalizante. Houve aqui também, a formação do professor que foi objeto da Reforma Universitária – Lei nº 5.540/68 –, em que constou a exigência de curso de graduação e determinou que tanto os professores das disciplinas gerais do ensino de segundo grau quanto os do Ensino Técnico seriam formados em cursos de nível superior. Surgiu aqui a politécnica, defendida se baseia no conhecimento aprofundado dos princípios científicos que fundamentam as diversas técnicas presentes no trabalho moderno (Saviani, 2023).

A EPT se integrou, legalmente, aos diferentes níveis e modalidades da educação brasileira a partir da publicação da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Essa lei, ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), definiu a contemplação da EPT em cursos: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio (integrado, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio); e de EPT de Graduação e Pós-Graduação (Brasil, 2008).

Nessa aula aprendemos a diferença entre atuar na EPT e nas demais modalidades. Para Pasqualli, Lopes Viella e Vieira (2023, p. 16):

Existem diferenças notáveis entre atuar na EPT e nas outras modalidades de ensino já que, na EPT, o professor precisa atuar em cursos e programas que abrangem a formação inicial e continuada, formação profissional técnica de nível médio e formação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação, assim também se depara com um público de perfil muito diferenciado daquele que frequenta as universidades ou mesmo jovens que frequentam a educação básica estadual e municipal.

Durante este estudo ficou explícito que o professor de EPT diferencia-se dos demais. A docência na EPT é uma atividade profissional complexa, que demanda saberes diversificados. Trata-se de um trabalho complexo, pois requer a transgressão de um formato de educação em que o conhecimento é abordado de forma fragmentada.

Para tanto, o trabalho deve ser tomado como princípio educativo e integrado com a ciência, com a tecnologia e com a cultura enquanto base da proposta político-pedagógica. Ainda, deve ter a pesquisa como princípio pedagógico, articulando a educação básica com a EPT no processo de produção do conhecimento e da intervenção social, contando também com a integração dos saberes específicos que são produzidos (Brasil, 2012). O conteúdo nos mostrou ainda que o docente EPT precisa lidar com três níveis de complexidade. São eles: desenvolver capacidade de usar; desenvolver capacidade de produzir; e desenvolver capacidade de inovar (Machado, 2008; p. 18).

Oliveira e Silva (2018) chamam a atenção para a necessidade do professor da EPT atentar-se à responsabilidade de sua profissão, visando preparar os estudantes para as adversidades do mundo do trabalho, além de promover uma formação crítica e cidadã. Para isso, deverá inovar frequentemente em suas práticas e aprimorar seus conhecimentos pedagógicos, engajando-se no processo de uma formação continuada. Aprendemos aqui que a Docência na EPT exige um olhar crítico e reflexivo sobre as práticas educacionais, considerando o contexto em que ela ocorre e os desafios específicos dessa modalidade de ensino.

2.3.5 Disciplina 5: Pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT: Teorias e didáticas

Na disciplina ministrada pelo professor Marcio Silveira Nascimento aprendemos sobre a Pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT: Teorias e didáticas. No contexto da EPT, o trabalho pedagógico é compreendido como uma categoria e um conceito que expressa uma elaboração teórico-prática que orienta tanto a produção quanto a investigação do conhecimento na educação. Vimos que o trabalho pedagógico se constitui como espaço de produção do conhecimento e de transformação dos sujeitos e que a ação docente articula ciência, cultura, tecnologia e trabalho, promovendo a emancipação e a formação humana integral.

A EPT foi institucionalizada e estruturada em todo o país com a criação da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O trabalho pedagógico está diretamente relacionado a produção e socialização do conhecimento, integrando ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com o material didático, o trabalho pedagógico se diferencia do trabalho

docente porque envolve a organização, produção e reflexão do conhecimento como ação educativa intencional. Mesmo inserido em um contexto capitalista, o trabalho pedagógico é compreendido como uma prática que permite ao professor agir criticamente e se projetar humanamente em seu trabalho. Nesse conteúdo vimos que a formação humana integral e politécnica propõe o desenvolvimento multilateral do sujeito e o domínio dos fundamentos científicos das técnicas

Na perspectiva da EPT, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão significa que essas dimensões se articulam no trabalho pedagógico, promovendo a formação crítica e emancipatória.

No segundo momento da disciplina, estudamos como a “Pesquisa e Extensão na Educação Profissional e Tecnológica”, explorando como essas duas dimensões, que se articulam ao ensino e ao trabalho pedagógico, configurando-se como pilares fundamentais da formação humana integral. O objetivo foi compreender a pesquisa e a extensão como processos formativos, críticos e transformadores promovem a integração entre teoria e prática, ciência e sociedade, contribuindo para a consolidação do trabalho pedagógico na EPT.

A pesquisa, integrando o trabalho pedagógico, juntamente à extensão, não somente aprofunda, mas renova e socializa o conhecimento produzido com bases científicas. Entendemos que pesquisar significa perguntar, investigar, interpretar e compreender o mundo, transformando dúvidas em descobertas e articulando saberes científicos e sociais. A extensão assume caráter transformador e formativo, aproximando teoria e prática. Ela promove a formação humana integral e politécnica; o diálogo entre ciência, tecnologia e cultura e o engajamento dos estudantes com problemas reais, estimulando o pensamento crítico e o compromisso social.

Na última parte da disciplina estudamos o tema “A indissociabilidade entre Pesquisa e Extensão”, explorando como essas duas dimensões, quando integradas ao ensino, fortalecem a formação humana integral, a produção do conhecimento e o compromisso social da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Aqui o objetivo foi compreender de que maneira a articulação entre ensino, pesquisa e extensão constituem um princípio estruturante da EPT, contribuindo para que as práticas pedagógicas sejam mais reflexivas, transformadoras e conectadas às demandas reais da sociedade.

2.3.6 Disciplina 6: Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias e didáticas

A disciplina: Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias e didáticas, foi uma das últimas disciplinas do módulo 3 e teve por objetivo discutir os fatores do abandono e da permanência de estudantes na EPT brasileira, refletindo sobre os desafios, possibilidades e estratégias educativas voltadas ao fortalecimento da permanência estudantil na EPT.

Iniciou-se com as reflexões a partir dos conceitos de permanência, abandono e evasão escolar. No início é abordado como vencer os desafios futuros que o aumento, a expansão e a reorganização dos cursos de EPT no Brasil promoveu questões sobre a permanência e evasão dos estudantes da rede. Em seguida é apresentado o conceito de Abandono e Evasão. O abandono representa o estudante que deixou a escola ao longo do ano, e a evasão significa que o aluno saiu da escola e não voltou mais para o sistema no ano seguinte.

Diversos fatores envolvem o estudante e a escola, decorrentes de processos sociais, econômicos e culturais, visto que o estudante pode abandonar ou ser abandonado. O material informa que o abandono escolar é um fenômeno complexo e multifacetado que envolve questões pessoais, sociais, econômicas, políticas e culturais, externas e internas à escola.

Atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino. Esse problema deve ser analisado por perspectivas diversas, tais como a perspectiva da escola, do sistema de ensino e do indivíduo (Dore; Sales; Castro, 2014; p. 386).

Dore e Lüscher (2011), no artigo intitulado “Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais”, refletem que a complexidade que abrange o fenômeno do abandono escolar demanda soluções que, por sua vez, também são complexas e envolvem a participação dos diversos agentes sociais. As autoras enfatizam que o caminho para fortalecer a permanência estudantil está na prevenção. Em uma outra perspectiva, Carmo, Arêas e Arêas (2022) a permanência jamais pode ser algo que vem após, como resultado a ser atingido para

combater o abandono: trata-se de algo que vem antes, na busca por motivos concretos pelos quais os alunos permanecem em seus cursos.

Nesta aula ainda abordou que o direito a permanência é assegurado no Art. 206º da Constituição Federal de 1988, que trata dos princípios da educação, sendo o primeiro o da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988) e ratificado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394, de 1996, em seu Art. 3º (Brasil, 1996).

Outro ponto importante estudado nessa aula foi a criação do PNAES, resultado de políticas públicas. O Plano Nacional de Assistência Estudantil, tem como finalidade a ampliação das condições de permanência na Rede Federal, prevendo ações em diversas áreas da vida, como: moradia; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Tratou-se ainda dos motivadores e fatores que implicam o abandono ou a permanência na EPT e sobre como as desigualdades sociais, racionais, de gênero leva ao abandono escolar, principalmente nos cursos técnicos de nível médio. O conteúdo diz que compreender a realidade dos estudantes da EPT é uma estratégia importante para organizar as ações e práticas educativas voltadas para a permanência, como, por exemplo, elaborar ações para acolher os estudantes na instituição e fortalecer seu sentimento de pertencimento.

Me chamou à atenção os estudos de Pacheco, Nonenmacher e Cambraia (2020) que perceberam, em seus estudos sobre adoecimento mental de estudantes de Cursos Técnicos Integrados de nível médio, que a interação entre colegas e servidores auxilia a permanência e o enfrentamento das dificuldades relacionadas ao contexto escolar. Em contrapartida, fatores como dificuldades de adaptação à instituição, dificuldades de relacionamento, *bullying* e pressão por bom desempenho escolar são elementos causadores de prejuízos ao bem-estar físico e/ou emocional dos estudantes.

Ficou registrado nesse estudo que as instituições de educação precisam questionar quem são os estudantes que ingressam em seus cursos e quais são as suas condições de vida, para planejar e implementar práticas educativas voltadas para atender às suas realidades. Outra reflexão feita foi sobre o modelo de sociedade que se mostra liberal e excludente desvaloriza a educação e não possui políticas pública na qual o ensino para a população com maior

vulnerabilidade socioeconômica apresenta inúmeros problemas, como a falta de investimento, a desvalorização dos trabalhadores da educação, as estruturas físicas deficientes, as salas de aula lotadas, entre outras questões (Zanin; Garcia, 2023).

As pesquisas de Dore, Sales e Castro (2014), Fritsch (2017), Moraes (2023), Zanin e Garcia (2020; 2023) entre outras, têm apresentado que as dificuldades em conciliar trabalho, estudo e família são um fator determinante do abandono escolar. Essas pesquisas têm apontado, também, a dificuldade das instituições em oferecer condições e organizar práticas educativas que atendam às realidades dos trabalhadores estudantes e que fortaleçam a permanência e a conclusão de seus cursos. Outras questões são: como problemas de saúde, problemas familiares, questões pedagógicas – como didática, metodologia, relação professor e aluno, dificuldade de transporte/deslocamento, questões financeiras, questões de gênero e etnia, problemas de infraestrutura, como ausência de laboratórios, entre outros.

Programa Pertencer, realizado com estudantes de Cursos Técnicos Integrados de Nível Médio, no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) foi uma experiência exitosa. Este projeto possibilita uma extensão ao que seria uma recepção de estudantes, através de apadrinhamento, onde alunos veteranos recebem os alunos ingressantes, não só no início do ano, e os colocam em diálogos com servidores que atuam na Assistência Estudantil.

Zanin (2019), em uma pesquisa envolvendo docentes, técnicos que atuam em equipes pedagógicas e gestores, apresenta-nos diversos movimentos voltados para a permanência estudantil, como:

- monitorias;
- atendimento aos estudantes em horários extraclasse;
- projetos de pesquisa e extensão;
- redução da carga horária semanal do curso (uma noite livre para atender aos estudantes trabalhadores);
- reestruturação de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC);
- projetos de nivelamento e aulas de reforço;
- visitas técnicas;
- ações de busca ativa dos estudantes que desistiram de seus cursos;
- ações de acolhimento;
- manutenção da estrutura física e laboratórios.

Porém a autora demonstra relevância e preocupação, com os exemplos citados, ausência de um acompanhamento e de avaliações dos resultados das ações de apoio à permanência, e que possibilitassem refletir sobre a efetividade dessas ações. Ademais, a autora destaca que, em certos momentos, essas ações de apoio têm se apresentado fragmentadas e isoladas, isto é, realizadas em um determinado *campus* ou especificamente em um curso, sem articulação institucional.

Podemos concluir que os fatores que implicam no êxito e na permanência do discente na EPT envolve múltiplos fatores: sociais, econômicos, estruturais, políticos, fatores internos, externos, emocionais, entre outros. Nós, enquanto sujeitos, pertencentes a EPT devemos estar alinhados e engajados na construção do sentimento de pertencimento de nossos alunos para que eles possam concluir seus cursos com excelência e lograr êxito no futuro profissional.

Os conhecimentos construídos ao longo das disciplinas permitiram compreender que a problemática da inclusão e da permanência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não se restringe a questões meramente técnicas, mas envolve uma complexa rede de fatores sociais, históricos e pedagógicos. A discussão sobre Cultura Digital evidenciou que a inclusão vai além do acesso a equipamentos, exigindo um letramento crítico e emancipatório que considere a acessibilidade como base fundamental para a autonomia de todos os estudantes. Essa teoria dialoga diretamente com as experiências narradas, onde a tecnologia deve servir como ferramenta de mediação para superar barreiras, e não para aprofundar desigualdades, alinhando-se ao que Saviani propõe sobre o papel do professor em indicar os meios para a transmissão do conhecimento em uma perspectiva de formação humana integral.

A análise da questão-problema, à luz do referencial de Práticas Educativas e Inclusivas, revela a necessidade de uma EPT comprometida com a justiça social e com a superação da dualidade histórica entre o saber propedêutico e o técnico. Ao articular os conceitos de omnilateralidade e politecnia, percebe-se que a inclusão de alunos neurodivergentes ou em situações de vulnerabilidade exige uma prática docente cooperativa e integradora, que respeite o direito de ser diferente quando a igualdade descaracteriza o sujeito, conforme alerta Boaventura Santos. A legislação vigente, como a Lei nº 13.146/2015 (LBI) e a Lei nº 12.764/2012, aliada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT, oferece o respaldo jurídico para que a prática pedagógica seja flexível e adaptada, visando não apenas o acesso, mas o êxito e a permanência desses estudantes em um ambiente que valorize suas singularidades.

Propostas para o Enfrentamento da Problemática: Para minimizar as barreiras à inclusão

e garantir a permanência estudantil na EPT, propõem-se as seguintes estratégias:

- **Implementação de Planos Educacionais Individualizados (PEI):** Desenvolver metodologias que permitam a adaptação curricular e a flexibilização das avaliações, tornando-as colaborativas e formativas, de modo a atender às necessidades específicas de alunos neurodivergentes e com deficiência.
- **Formação Continuada de Professores e Gestores:** Realizar ações formativas focadas em práticas pedagógicas inclusivas, letramento digital e educação especial, visando superar o racismo estrutural e o preconceito, além de preparar o docente para atuar na diversidade da "classe-que-vive-do-trabalho".
- **Fortalecimento das Ações de Apoio à Permanência:** Integrar as ações de monitoria, nivelamento e acolhimento de forma institucional, evitando práticas fragmentadas e garantindo que o acompanhamento dos resultados seja contínuo para refletir sobre a efetividade das ações de suporte.
- **Promoção da Acessibilidade Digital e Arquitetônica:** Garantir que os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e as estruturas físicas das instituições sigam padrões de acessibilidade que promovam a autonomia total ou assistida do estudante, utilizando as TDICs de forma ética e reflexiva.
- **Fomento ao Ensino Integrado e Interdisciplinar:** Incentivar projetos de pesquisa e extensão que articulem saberes científicos e tecnológicos com a realidade vivida pelos alunos, promovendo o sentimento de pertencimento e a construção de uma identidade profissional sólida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões empreendidas ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso permitiram uma análise profunda sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no cenário da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Por meio da metodologia autobiográfica, foi possível conectar a minha trajetória acadêmica e vida profissional com as demandas reais de inclusão, resultando na compreensão de que a prática educativa na EPT deve ser constantemente renovada para acolher a diversidade. O curso de especialização em Docência na EPT atuou como um divisor de águas, proporcionando as ferramentas teóricas e didáticas necessárias para

transitar de uma visão puramente assistencialista para uma perspectiva de formação humana integral e omlnilateral, conforme defendido por Ciavatta.

Os principais resultados depreendidos revelam que a inclusão efetiva de alunos com TEA nos Institutos Federais depende de um tripé fundamental: embasamento jurídico sólido, adaptação curricular e formação docente contínua. A discussão das legislações, como a Lei Berenice Piana e a Lei Brasileira de Inclusão, demonstraram que o direito ao acesso está garantido, mas a permanência e o sucesso profissional ainda enfrentam barreiras atitudinais e pedagógicas.

O curso viabilizou a percepção de que estratégias de ensino estruturadas e o uso de recursos visuais não são apenas auxílios, mas condições essenciais para que o estudante autista desenvolva suas potencialidades e alcance a emancipação no mundo do trabalho. No que tange ao meu desenvolvimento profissional, as contribuições do curso superaram as expectativas iniciais. A integração entre os conhecimentos de Pedagogia e Marketing, antes vistos como áreas distantes, encontrou-se na EPT um ponto de convergência: a preparação ética e técnica de sujeitos para uma sociedade plural.

As propostas para uma futura atuação na EPT incluem a implementação de práticas pedagógicas que desmistifiquem o autismo e promovam a cooperação entre a comunidade escolar e as famílias, garantindo que o egresso com TEA não apenas conclua sua formação, mas esteja apto a ocupar postos de trabalho de maneira digna e produtiva.

O processo de escrita e a discussão das disciplinas de formação foram fundamentais para o amadurecimento da competência acadêmica. A elaboração do memorial e a fundamentação teórica exigiram um exercício constante de leitura crítica e síntese, permitindo distanciar-me de minha subjetividade como "mãe atípica" para analisar o fenômeno sob a ótica da ciência educacional, sem perder a empatia necessária à causa.

Portanto, a produção desta discussão acadêmica contribuiu para a melhora da minha formação profissional ao solidificar a identidade como discente pesquisadora. A escrita não foi apenas um requisito para a obtenção do título, mas um processo de reconstrução de saberes que me habilitou a atuar na linha de frente da educação inclusiva. Espero que este trabalho sirva de subsídio para futuras práticas na EPT, reforçando que a inclusão é, acima de tudo, um compromisso ético com a transformação social e a garantia de direitos para todos os estudantes, independentemente de suas especificidades.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, M. H. M. B. Memoriais de formação: a (re)significação das imagens-lembranças/recordações-referências para a pedagoga em formação. **Educação**, v. 34, n. 2, p. 165-172, 2011.
- ABRAMO, H. W. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: NOVAES, R. et al. (orgs.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 19-61.
- ANJOS, I. R. S. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva**. 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2006.
- ARANTES, O. V.; COSTA, E. S. Desafios e possibilidades para a inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA na Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [s. l.], v. 8, n. Especial, p. 05–19, 2025.
- BARBOSA, V. B. **Processos de elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado na Educação Profissional e Técnica de Nível Médio**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba, 2019.
- BASTO, A. T. O. S.; CEPellos, V. M. Autismo nas organizações: percepções e ações para inclusão do ponto de vista de gestores. **Cad. EBAPE.BR - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE)** da Fundação Getúlio Vargas (FGV) v. 21, n. 1, Rio de Janeiro, 2023.
- BERNICK, M.; HOLDEN, R. **The Autism Job Club: The Neurodiverse Workforce in the New Normal of Employment**. 2. ed. Skyhorse Publishing, 2018.
- BERTOLDO, H. L.; SALTO, F.; MILL, D. Tecnologias de informação e comunicação. In: MILL, D. (org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2018.
- BEZERRA, M. F.; PANTONI, R. P. Formação docente para inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Médio Integrado. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, p. e182622, 2022.
- BÓ, F. R. **Caracterização da linguagem de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista**. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF, 2012.

CARMO, G. T.; ARÊAS, C. A. C.; ARÊAS, H. C. A. Luzes e sombras sobre o objeto permanência na educação. In: FREITAS, M. et al. **Raízes investigativas II: a gramática da permanência na educação.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2022.

CARVALHO, M. S.; SANTO, A. O. C. **Educação Profissional na Década de 1990: Institucionalidades e Interfaces com a Reforma do Ensino Médio de 2017.** Natal, RN: IFRN, 2017.

CIAVATTA, M. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 911-934, out. 2006.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. Relatos de Experiencia e Investigación Narrativa. In: LARROSA, J. et al. **Déjame que te Cuente: ensayos sobre narrativa y educación.** Barcelona: Editorial Laertes, 1995. p. 11-59.

CORROCHANO, M. C. **O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012.

CUNHA, L. A. Ensino médio e ensino profissional: da fusão à exclusão. **Tecnologia e Cultura**, v. 2, n. 2, p. 25-42, 1998.

CURY, C. R. J. Políticas atuais para o ensino médio e a educação profissional de nível técnico: problemas e perspectivas. In: ZIBAS, D.; AGUIAR, M.; BUENO, M. S. **O Ensino Médio e a Reforma da Educação Básica**. Brasília: Plano Editora, 2002.

COSTA, H. F. F., 2023 "Com grandes poderes vêm grandes responsabilidades: o papel do pedagogo em espaços não escolares", **CONEDU - Congresso Nacional de Educação**

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In: DORE, R.; ARAUJO, A. C.; MENDES, J. S. (orgs.). **Evasão na Educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

FERRARINI, A.; GAIGER, L. I.; SCHIOCHET, V. O estado da arte e a agenda de pesquisa da economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, 2018.

FRACALOSSI KOKKONEN, R. L.; DE CASTRO BARBOSA, X.; FONTENELE BATISTA, J. Inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) na educação profissional e tecnológica: desafios e possibilidades. **Revista da Faculdade de Educação**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 29–41, 2022.

FRADE, I. C. A. S. Alfabetização digital. In: FRADE, I. C. A. S.; VAL, M. G. C.; BREGUNCI, M. G. C. (orgs.). **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (orgs.). **A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, p. 375-396, dez. 2010.

GUARANY, A. L. A. Saberes e tensões no início da carreira de professores de Ciências e Biologia. **Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio)**, n. 3, p. 1-10, out. 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato da desigualdade de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2017.

JARVIS, P. **Aprendendo a ser uma pessoa na sociedade: aprendendo a ser eu**. In: ILLERIS,

K. Teorias contemporâneas da aprendizagem. trad. Ronaldo Catado Costa. Porto Alegre: Penso, 2006.

ILLERIS, K. **Teorias contemporâneas da aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2006.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

LIMA, I. S.; SOUSA, J. L. R. Inclusão educacional no ensino técnico profissionalizante da EPT. **Revista Interagir**, v. 19, n. 127, p. 14-16, 2024.

MACHADO, L. R. S. Diferenciais inovadores na formação de professores para educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 8–22, 2015.

MALHEIRO, C. A. L.; SCHLÜNZEN JUNIOR, K. Acessibilidade na educação a distância. In: MILL, D. (org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas, SP: Papyrus, 2018.

MELLO, A. M. S. R.; ANDRADE, M. A.; SOUZA DIAS, I. **Retratos do autismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: AMA, 2013.

MONTEIRO, P. O. et al. Desafios da inclusão do indivíduo com Transtorno de Espectro Autista (TEA) na educação profissional. **Cadernos Cajuína**, v. 7, n. 1, p. 227105, 2022.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MOREIRA, O. W.; CARVALHO, D. C. M. A educação profissional e tecnológica, os institutos federais e a inclusão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 6, n. 2, p. 04-25, 2022.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2008.

NASCIMENTO, F. C.; FARIA, R. A. Questão da inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Ação TEC NEP. In: **Brasília: Instituto Federal de Brasília**, 2013.

OLIVEIRA, J. A.; SILVA, Y. F. O. Perfil e percepções sobre a prática pedagógica do professor bacharel na educação profissional. **Holos**, v. 3, p. 348-366, jul. 2018.

PACHECO, F. A.; NONENMACHER, S. E. B.; CAMBRAIA, A. C. Adoecimento mental na

educação profissional e tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnico integrados. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, p. e9173, 2020.

PASQUALLI, R.; VIELA, M. A. L.; VIEIRA, J. A. Desafio da docência na Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Educar em Revista**, v. 39, e73172, 2023.

PICANÇO, I. S. Dez anos da LDB e a educação profissional. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n. 3, p. 537-543. 2008.

RIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

RIOLFI, C. R. **O discurso que sustenta a prática pedagógica: formação de professor de língua materna**. 1999. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

ROJO, R. (org.). **Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola, 2013.

SANTOS, B. S. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: SANTOS, B. S. **A Gramática do Tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, R. K.; VIEIRA, A. M. E. C. S. Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, p. 219-232, 2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, mar. 2003.

SERRA, D. C. G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da filosofia da educação. **Educ. Pesqui.**, v. 32, n. 3, p. 619-634, 2006.

SILVEIRA, D. P.; SOARES, E. G.; SILVA, J. C. S.; VEIGA, D. J. S. Uma análise multidimensional na formação de professores: tecendo um novo olhar o campo da educação. **Revista Di@logus**, Cruz Alta, v. 9, n. 3, p. 37-45, 2020.

SILVA, I. M. A.; DORE, R. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 54, p. 203-214, mar. 2016.

VASCONCELLOS, S. P. **Práticas Educativas e escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista na Educação Profissional**. 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

VELOSO, T. C. M. A. **A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2: um processo de exclusão**. 2000. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

VENTURI, G.; TORINI, D. **Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil**. Genebra: OIT, 2014.

VIOLANTE, R. R.; LEITE, L. P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 73-91, 2011.

ZANIN, A. J. D. P. C. **Abandono e Permanência Escolar na Educação Profissional e Tecnológica: olhares de trabalhadores da educação do Instituto Federal de Santa Catarina**. 2019. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

ZANIN, A. J. D. P. C.; GARCIA, N. M. D. Permanência e abandono escolar na educação profissional: refletindo sobre alguns de seus motivadores. **Trabalho & Educação**, v. 29, n. 1, p. 47-54, 2020.